

USO DO TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E PAISAGEM RURAL NO VALE DO IVAÍ (PR): resultados a partir da atuação da Cooperval

USE OF TERRITORY, TERRITORIALITY AND RURAL LANDSCAPE IN IVAÍ VALLEY (PARANÁ, BRAZIL): results of Cooperval performance

Jhonatan dos Santos Dantas

Mestre em Geografia pelo PPGG/UNICENTRO.
Docente no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UNIGUA-Guarapuava.
j.h.o.2008@hotmail.com

Sérgio Fajardo

Doutor em Geografia FCT/UNESP.
Prof. Associado do Depart. de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.
sergiofajardo@hotmail.com

Resumo

O trabalho em questão demonstra a atuação da Cooperval no Vale do Ivaí (PR) a partir da alteração da paisagem rural. Assim, partimos do pressuposto que o surgimento da Cooperval necessitou de um território como base de sustentação. A partir disto, esse território vem sendo produzido e reproduzido por inúmeras relações de poder estabelecidas. Um dos resultados concreto da atuação da Cooperval é a alteração da paisagem, nas quais as lavouras de cana de açúcar representam um símbolo de poder e um dos principais resultados da apropriação da cooperativa. Através da utilização dos conceitos de território, territorialidade e posteriormente da categoria “paisagem” empregada ao espaço rural, procuramos desenhar noções sobre a influência da Cooperval no Vale do Ivaí (PR).

Palavras Chave: Território. Territorialidade. Paisagem Rural. Cooperval. Vale do Ivaí – PR.

Abstract

The work in question demonstrates Cooperval's performance in the Valley of Ivaí (PR) from the alteration of the rural landscape. Thus, we assume that the emergence of Cooperval needed a territory as a base of support. From this, this territory has been produced and reproduced by numerous established power relations. One of the concrete results of Cooperval's actions is the alteration of the landscape, in which sugarcane plantations represent a symbol of power and one of the main results of the cooperative's appropriation. Through the use of the concepts of territory, territoriality and later of the category "landscape" used in rural areas, we tried to draw notions about the influence of Cooperval in the Ivaí Valley (PR).

Keywords: Territory. Territoriality. Rural Landscape. Cooperval. Valley of Ivaí-PR.

Introdução

A modernização da agricultura no Brasil causou uma série de reestruturações produtivas e alterações na dinâmica econômica dos locais e regiões que incorporaram a tecnologia no campo. Os inúmeros processos ligados à modernização agrícola conformaram novas relações socioeconômicas, como é o caso do Vale do Ivaí (PR).

Essa região marcada por uma colonização efetuada por companhias loteadoras foi sustentada essencialmente pelo café até meados da década de 1970, quando o setor cafeeiro passa declinar por uma série de fatores; entre eles as geadas consecutivas, os apoios governamentais para substituição de culturas e o preço baixo do produto devido à superprodução (CHIES; YOKOO, 2012).

Assim, a territorialização da Cooperval inicia em 1980, a partir do momento em que um grupo de agricultores se une, mudando o tipo de relação social e econômica estabelecida até o momento no espaço, muitos desses agricultores eram plantadores de café e optaram em substituir as lavouras cafeeiras pela cana de açúcar.

Diante desse contexto histórico/espacial, o objetivo do trabalho é analisar como a Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí (COOPERVAL) alterou a paisagem rural devido à introdução dos canaviais na região, e posteriormente conformou várias relações de poder e influência sob o espaço.

Para análise foram efetuadas pesquisas documentais e bibliográficas. A revisão bibliográfica se deu em torno dos conceitos de Território – Territorialidade e Paisagem; e a pesquisa documental foi baseada em arquivos disponibilizados pela cooperativa.

O trabalho faz uma breve e necessária caracterização da região do Vale do Ivaí (PR) tratando da influência da Cooperval, e no segundo momento analisa os conceitos de território e territorialidade aplicada ao contexto da cooperativa e de sua apropriação territorial, por fim é demonstrado como a paisagem rural é alterada e representa um símbolo de poder e resultado da territorialidade estabelecida.

A COOPERVAL e o Vale do Ivaí (PR)

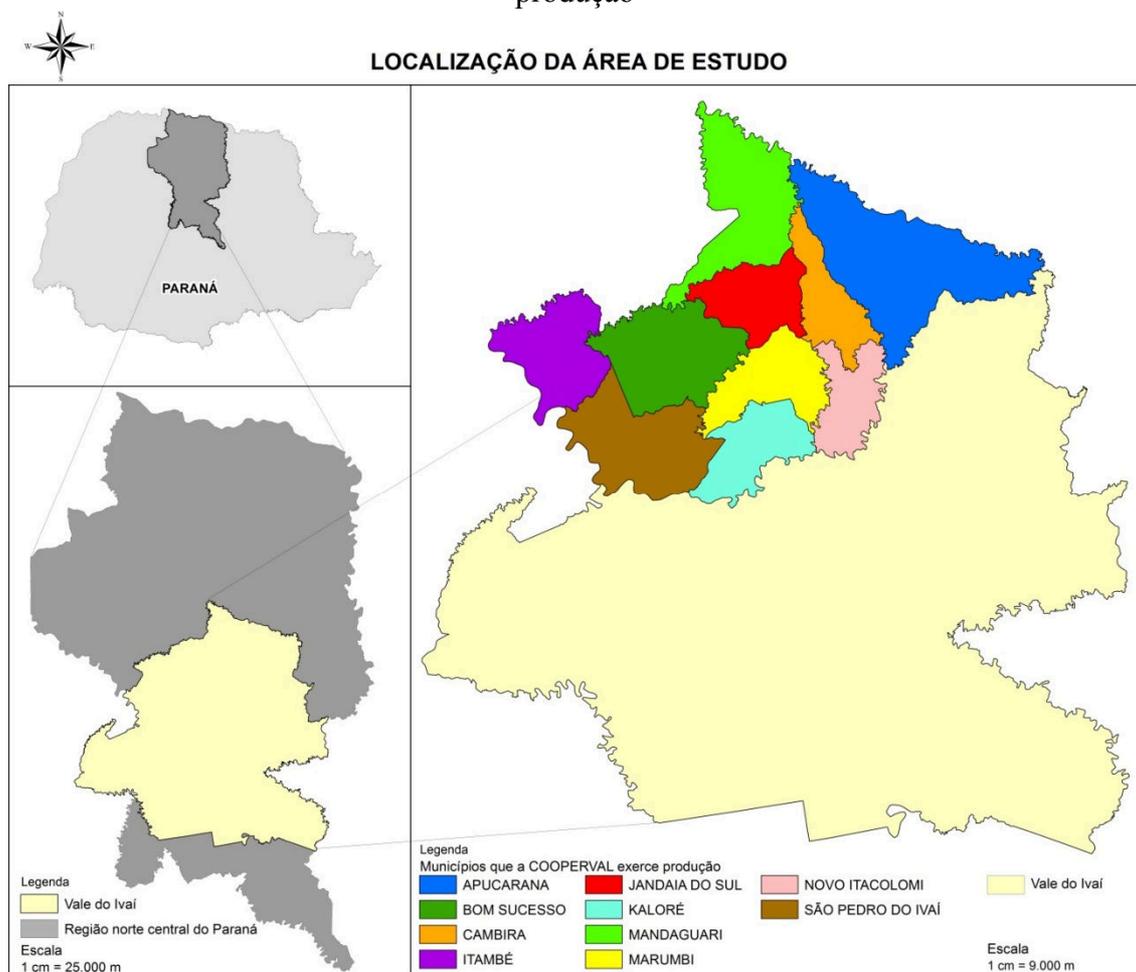
Localizada na mesorregião Norte Central Paranaense, no município de Jandaia do Sul, a Cooperval surge a partir do Proálcool e do declínio do café, grande “motor” da economia regional da época.

A região marcada por uma ocupação estrategicamente dirigida em conformidade com as atividades econômicas sofreu uma reestruturação produtiva, oriunda de políticas públicas e intenções governamentais para modernizar o rural no Norte Central Paranaense, substituindo a cultura cafeeira.

Cerca de 90 agricultores através dos créditos fornecidos pela política do Proálcool, resolveram fundar a Cooperval, inicialmente com uma área plantada de 1475 hectares.

A influência da Cooperativa ampliou gradualmente conforme passou a ganhar dinamismo econômico no decorrer dos anos, gerando atualmente cerca de 2 mil empregos diretos e indiretos – sendo a maior empregadora de todo o Vale do Ivaí (COOPerval, 2016).

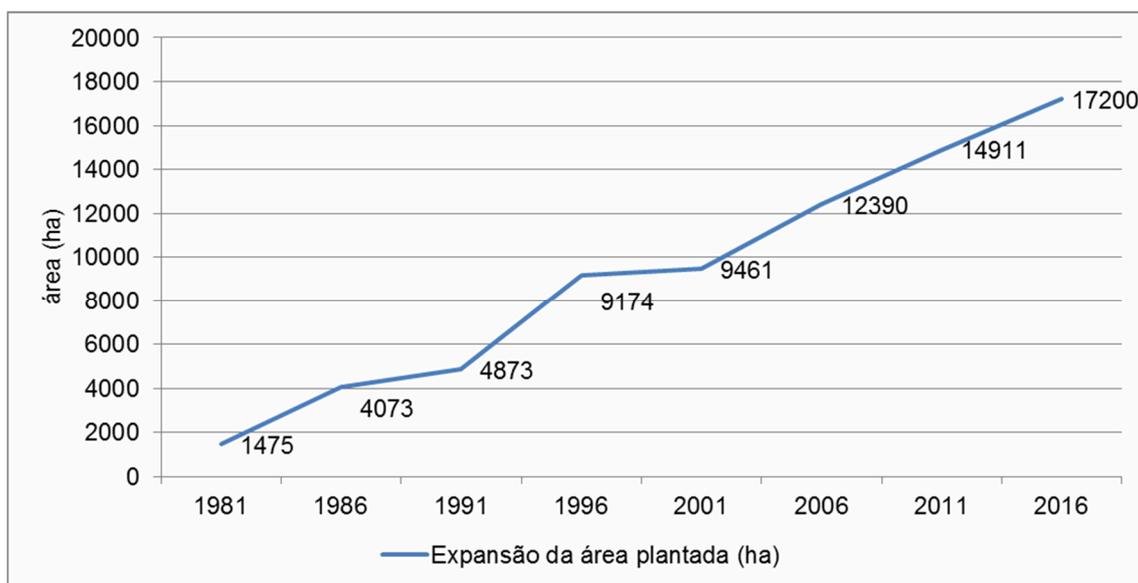
Figura 1: Norte Central Paranaense, Vale do Ivaí e municípios que a Cooperval exerce produção



Org.: Dantas (2017).

Um dos resultados da evolução produtiva da cooperativa foi à ampliação significativa da área plantada. Essa evolução alterou significativamente a paisagem rural da região.

Gráfico 1: Evolução histórica da área plantada pelos cooperados da Cooperval (1981-2016)



Fonte: Cavalheiro (2005); COOPerval (2016).

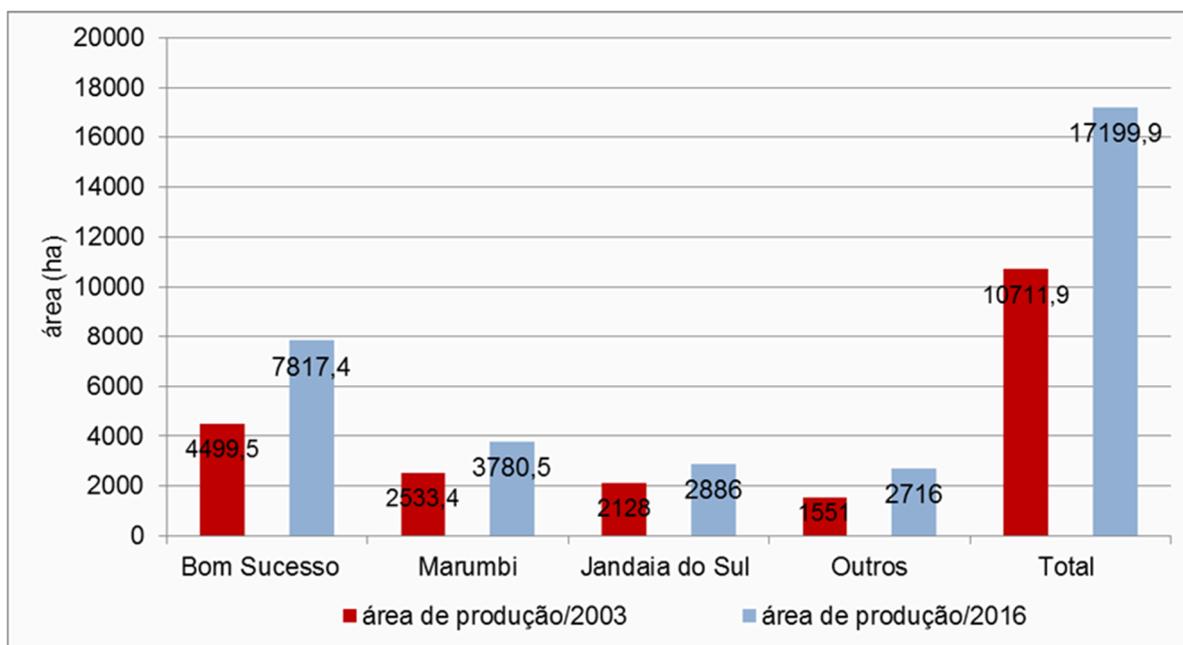
Org.: Dantas, J. S. (2016).

A influência da cooperativa em alguns municípios é notável, o próximo gráfico demonstra que a cooperativa exerce maior influência da área plantada em alguns municípios. A análise é comparativa dos anos de 2003 e 2016 (gráfico 2)¹.

De 2001 a 2006 houve crescimento de 30,95% da área plantada, e no período correspondente de 2001 a 2016 o crescimento foi equivalente a 81,80% de acordo com os dados do gráfico 1.

O crescimento da área plantada após 2002 ocorre por dois fatores; o primeiro foi algumas estratégias de modernização da empresa para manter competitividade, e o segundo coincide com a do setor canavieiro, na qual o governo estimula a utilização de bicompostíveis, (carros *flex*) e o etanol ganha expressividade no mercado de combustíveis nacionais, potencializando a produção da Cooperval que conseqüentemente ampliou a área plantada conforme podemos observar (DANTAS, 2017).

Gráfico 2: Área plantada (em hectares) pela Cooperval por município (2003 e 2016)



Fonte: COOPERVAL (2016).

Org.: Dantas, J. S. (2016).

O gráfico demonstra que alguns municípios do Vale do Ivaí detêm grande influência da cooperativa no que tange área plantada – Bom Sucesso, por exemplo, tem cerca de 25% do território ocupado pelas lavouras de cana de açúcar da Cooperval e Marumbi aproximadamente 20% do território. Isso demonstra que a atuação da cooperativa se dá de modo diferenciado na região, pois a mesma concentra sua produção principalmente em Jandaia do Sul, na qual fica a sede administrativa, Marumbi e Bom Sucesso.

O território e a territorialidade: abordagem conceitual e o caso da COOPERVAL

Sem a apropriação de um espaço, (território) não haveria viabilidade para produção, assim, partimos do pressuposto que a formação territorial gera diversas identidades e influências. Logo, a formação territorial é carregada por inúmeras relações de atores que geram poder sobre o espaço e sobre suas escalas.

Santos e Silveira (2001, p.19) destacam que território seria a extensão usada e apropriada do espaço; já a territorialidade seria “pertencer aquilo que nos pertence”.

Nesta perspectiva de análise, o território seria uma categoria geográfica posterior ao espaço, o território é um espaço apropriado e usado por um grupo de pessoas e/ou instituições. Já a territorialidade propõe o sentido de pertencimento, vivencia e/ou

reprodução.

Andrade (1996), também desenha noções essenciais para entender o conceito e sua amplitude. Ao elucidar Fredrich Ratzel, um dos precursores da geografia humana e do conceito de território, o autor menciona que o conceito era associado à ideia de dominação.

O território seria extremamente estratégico, pois é ligado a ideia de gestão e domínio de determinada área. O paradigma determinista foi fundamental para evolução do conceito, pois a ideia de Estado ligado ao domínio territorial propôs novas abordagens que entendia o espaço como elemento vital para expansão da nação (Estado)².

Andrade (1996) salienta que o conceito de território deve ser associado sempre à ideia de poder, sendo este poder, estatal, público ou de grandes empresas e/ ou corporações.

Ao mencionar os estudos de François Perroux, Andrade (1996) cita que o processo de mundialização da economia comprova que muitas vezes as grandes empresas e corporações que controlam áreas estratégicas de explorações, são muitas vezes mais importantes³ que os próprios Estados-Nações, pois as mesmas independem de fronteira e expandem seus tentáculos pelo globo. Tal processo se acentua com o auge do período informacional e da globalização.

No que tange a territorialidade, Andrade (1996, p.214) compreende o termo como “o que se encontra no território e está sujeito a gestão do mesmo, como e ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território [...]”. Percebemos também que a última referência traz a territorialidade no sentido de pertencer ao território, ou seja, uma noção vinculada ao espaço apropriado, pertencer ao espaço que está territorializado ou apropriado.

Soares (2009, p.62) entende o território como um espaço de interações, construído socialmente. Em suas palavras, o território é “o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer aquilo que nos pertence”.

Essa definição mais geral do autor entende o território e sua identidade, construída pela coletividade de sua formação e interação na mesma noção conceitual.

Sem dúvida um grande autor e referência na definição do conceito é Raffestin (1993). O autor também afirma o território como uma categoria posterior ao espaço, neste sentido, o território, seria formado a partir do espaço, pela apropriação deste, seja de forma concreta ou abstrata por qualquer ator que o territorializa.

Para Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, construído pelo homem, logo, toda construção da realidade é instrumento de poder. O sistema territorial é conformado por representações territoriais, essas representações são baseadas nos atores que territorializam e fazem parte desta representação, esses atores produzem o território e formam a territorialidade.

A produção territorial é baseada em um conjunto complexo de nós, tessituras e redes que são fundamentais para organização do território e para sua formação e (re) produção⁴.

No que tange a territorialidade o mesmo autor cita que:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de sua coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existentes e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Todas as relações, existentes ou produtivistas são relações de poder, neste sentido:

[...] A territorialidade se manifesta em todas escalas espaciais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder (RAFFESTIN, 1993 p.161-162).

Percebe-se assim, que a Cooperval produz um espaço a partir de seus sistemas de organizações estratégicos. Essa produção a partir do espaço, denominado território, tem a influência dos atores que formam a cooperativa (os cooperados), e de outros atores que dão suporte para o dinamismo da cooperativa nesta produção territorial. Estes sujeitos formadores do território sofrem também a influência da territorialidade construída pelas diversas representações em jogo.

Haesbaert (2004) em sua análise conceitual, histórica e epistemológica, demonstra a complexidade do conceito e enfatiza algumas tendências disciplinares; demonstrando a materialidade e imaterialidade do território visto por múltiplas dimensões e escolas.

Assim, o autor expõe que a Ciência Política vincula o conceito principalmente a partir das relações de poder, a Economia a partir da força produtiva e dos fatores locais estratégicos, a Antropologia destaca a dimensão simbólica, a Sociologia tem um enfoque a partir das relações sociais estabelecidas, e a Psicologia a partir da construção subjetiva/pessoal, ou seja, da identidade (HAESBAERT, 2004).

Nas concepções do autor, o território é agrupado em três vertentes; a *política*, onde o território é compreendido como um espaço delimitado cujo se exerce um poder

geralmente de Estado; o *cultural*, onde se prioriza a dimensão simbólica, sendo produto da apropriação de um grupo, tendo um caráter muitas vezes subjetivo; e a *econômica* sendo a menos difundida na visão do autor, compreendida de modo geral, como fonte de recursos, levando em consideração as forças produtivas e as relações de trabalho/capital.

O sentido mais explícito da identificação do território da Cooperval é no sentido econômico, pois a cooperativa organiza um espaço a partir de seus interesses estratégicos/produtivos, ordenando este espaço para fins econômicos, e ditando as relações de trabalho/capital. Porém, outras dimensões podem ser aplicadas a partir de relações mais complexas.

Souza (2015) afirma que o que define o território em primeiro lugar é o poder. O território é formado pela sua materialidade e também pela sua imaterialidade, ou seja, pela base concreta e pelas relações ali existentes.

Santos (1996) chama a materialidade de fixo, e as relações estabelecidas de fluxos, os fluxos transformam os fixos; e ambos dependem de um território, um espaço apropriado e usado, cujo se estabelece relações, interações e é construído materialmente e imaterialmente pelos grupos que se apropriam.

A existência de um território requer um substrato espacial material; é neste substrato que ocorre o exercício do poder (SOUZA, 2015). O autor trata o conceito de poder de forma relacional; assim como Raffestin (1993).

Saquet (2015) ao mencionar Raffestin, afirma que o território é construído e produzido por atores através da energia e da informação, o território é um resultado das territorialidades efetivadas. É uma construção coletiva e multidimensional feita por múltiplas territorialidades.

Em Haesbaert (2004), entendemos a territorialidade sob diversas noções, uma que vai desde as concepções naturalistas que reduz a territorialidade ao caráter biológico, ou seja, um comportamento geneticamente determinado, tal como a territorialidade animal, e em outro extremo uma concepção marxista, que entende a territorialidade sob a perspectiva social, onde as relações de produção organizam o território.

Esta última concepção também afirma que a territorialidade forma a base territorial.

Raffestin (1993) e Saquet (2015), afirmam que o conjunto de territorialidades formam o território, e o território reduzido a uma escala de sujeito/espaço como alguns autores preferem, também sugere que, para haver este território (em escala mínima),

necessariamente deve haver a apropriação e conseqüentemente um poder estabelecido no espaço.

Nas concepções de Gottman (2012 p.523):

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos.

Haesbaert (2004, p.79), afirma que existe a necessidade de ver o território a partir de uma concepção integradora, como um híbrido – “híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’ numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade”.

Esta noção trabalha o território de múltiplas formas, sendo o território a imbricação de várias relações de poder sejam materiais ou simbólicos/culturais.

Assim, é importante compreender o território não apenas pelo resultado material (substrato físico), mas a partir de relações sociais estabelecidas, que agem através de forças dialéticas. Este substrato carrega marcas e heranças sociais, percebidas muitas vezes na paisagem. O território acima de tudo é um campo, um campo de relações de poder estabelecidas no espaço produzido, mesmo que não possa ser identificado visivelmente.

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural- simbólica’. Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo (HAESBAERT, 2004, p.96).

Ainda de acordo com o autor, o processo de territorialização significa afirmar que houve mediações espaciais, nas quais proporcionaram um poder multiescalar e multidimensional de dominação e apropriação.

[...] Para uns, o território é construído muito mais no sentido de área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global (HAESBAERT, 2004, p.97).

No caso da Cooperval, o território pode ser compreendido como fonte de recursos e de domínio local (escala), porém, a articulação em rede, (de caráter global) até com outras empresas é fundamental, para desenvolvimento do comércio, da informação, da produção e comercialização de seus produtos e mercadorias, ou seja, podemos dizer que o CAI precisa necessariamente interligar-se para sua sustentação⁵ e necessita de um território, que é estratégico, e fundamental neste processo.

De acordo com Haesbaert (2015, p.135):

Se antes a territorialidade era vista muito mais como fixação e (relativa) estabilidade, hoje o território também se constrói numa espécie de ‘mobilidade controlada’ como o território-rede das grandes corporações transnacionais.

Saquet (2015, p.84), afirma que “o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões, é produto de *tramas* que envolvem as construções (formas espaciais) [...]”⁶ já a territorialidade “corresponde às ações humanas, ou seja, a tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar, ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada” (SAQUET, 2015, p.82).

O território é produto social e condição. A territorialidade também significa condição e resultado da territorialização. O território é o conteúdo das formas e relações materiais e imateriais, do movimento, e significa apropriação e dominação, também material e imaterial, em manchas e redes. A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas[...] (SAQUET, 2015, p.86).

Através do exposto, podemos ver que a Cooperval tem o domínio de um espaço produtivo através de seus cooperados, ou seja, o substrato material, na qual é visível e identificável, é organizado e ordenado de acordo com a política interna e gestão da empresa, e recebe influência direta do mercado econômico. Estas simbioses de relações são imateriais. Estas cooperações, coesões, estratégias e organizações são necessariamente ditadas por interesses de sujeitos, e se efetivam dando características e resultados. Esses resultados fruto da territorialização é a territorialidade.

Para Medeiros (2015), o território liga-se diretamente a ideia de identidade; ou seja, deve ser compreendido com caráter integrador através dos vários processos, inclusive os simbólicos culturais.

Nas palavras de Haesbaert (2004, p.57).

Hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como ‘fonte de recursos’ ou como simples ‘apropriação da natureza’ em sentido estrito. Isto não significa [...] que estas características estão superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de ligação com a terra, no sentido físico do termo.

Essa citação demonstra que a Cooperval, mantém uma identidade que se interliga diretamente com a terra, através das lavouras de cana de açúcar, o que pode ser percebido através da paisagem rural, isso demonstra um caráter funcional no substrato material, e ainda depende das condições naturais (clima, solo, relevo) para efetivar produção e bons resultados econômicos.

Porém, a territorialidade da cooperativa, deve ser compreendida em um sentido bem mais amplo, de domínio não só sobre a terra, mas um conjunto de elementos sociais e econômicos que lhes conferem um poder sobre uma escala. A territorialidade e o resultado de um processo de poder (imaterial) entram em jogo neste caso.

A paisagem rural como produto e resultado da territorialidade da COOPERVAL

A paisagem é uma importante categoria de análise na geografia. Na epistemologia da Geografia, o conceito passou por diversas abordagens e escolas, que lhes conferiu diferentes ênfases e enfoques em sua aplicação, para entender, descrever e analisar o espaço geográfico e seus processos e (re) configurações.

Bertrand foi sem dúvida, um dos principais contribuintes para o desenvolvimento do conceito. Britto e Ferreira (2011, p.5) afirmam que:

Atualmente, Bertrand (2007, p. 275-299) apresentou um método de análise da paisagem que ele denomina como um novo paradigma, buscando reunir os principais pontos das metodologias anteriormente abordadas, e assim, enriquecendo as discussões contemporâneas sobre o conceito. A proposta metodológica é o paradigma GTP (Geossistema- Território-Paisagem), um sistema tripolar e interativo, para análise não apenas dos fatos naturais ou sociais isoladamente, mas sim, para analisar a complexidade expressa nas

várias formas de relações construídas entre sociedade e ambiente na sua globalidade. Este sistema é composto por três categorias híbridas ou três tempos: tempo do geossistema, tempo do território e tempo da paisagem.

Este paradigma dinamizou as interpretações em vários estudos, sendo possível através deste método, integrar uma gama de análises geográficas para melhor compreensão de determinada localidade, utilizando o conceito da paisagem, a partir do enfoque G-T-P.

Ao definir G-T-P, Pissinati e Arshela (2009), afirmam que o termo é um complexo formado entre relações naturais existentes, nas quais englobam fatores bióticos e abióticos (geossistema), mais o território, que vem a ser o uso político, social e econômico do espaço, e a paisagem, na qual é a expressão cultural manifestada a partir da apropriação. Assim, o autor cita que:

A meta do sistema GTP, como metodologia é reaproximar estes três conceitos para analisar como funciona um determinado espaço geográfico em sua totalidade. Trata-se então, essencialmente, de apreender as interações entre elementos constitutivos diferentes para compreender a interação entre a paisagem, o território e o geossistema (PISSINATI; ARCHELA, 2009, p.11).

Outro autor que discute o conceito de paisagem é Milton Santos. Assim, ao definir paisagem o autor cita que:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente (SANTOS, 1996, p. 66-67).

Ao distinguir espaço e paisagem, Santos (1996) afirma que:

[...] paisagem se dá como um conjunto de objetos reais -concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (SANTOS, 1996, p.67).

Essa perspectiva traz a paisagem como uma forma de relacionar os conceitos de espaço, território e paisagem, sendo todas estas categorias nas análises do autor, elementos que interpretam uma sociedade (e um espaço), visto através de um olhar dialético, que resulta em diversas configurações espaciais e conseqüentemente territoriais, pelos diversos tipos de apropriação.

Assim, os objetos e elementos técnicos incorporados ao espaço, resultado de processos sociais (que também são territoriais), transformam lugares, dando-os características visíveis, (a paisagem) que retratam uma diversidade de configurações existentes, provenientes da herança social daquela área⁷.

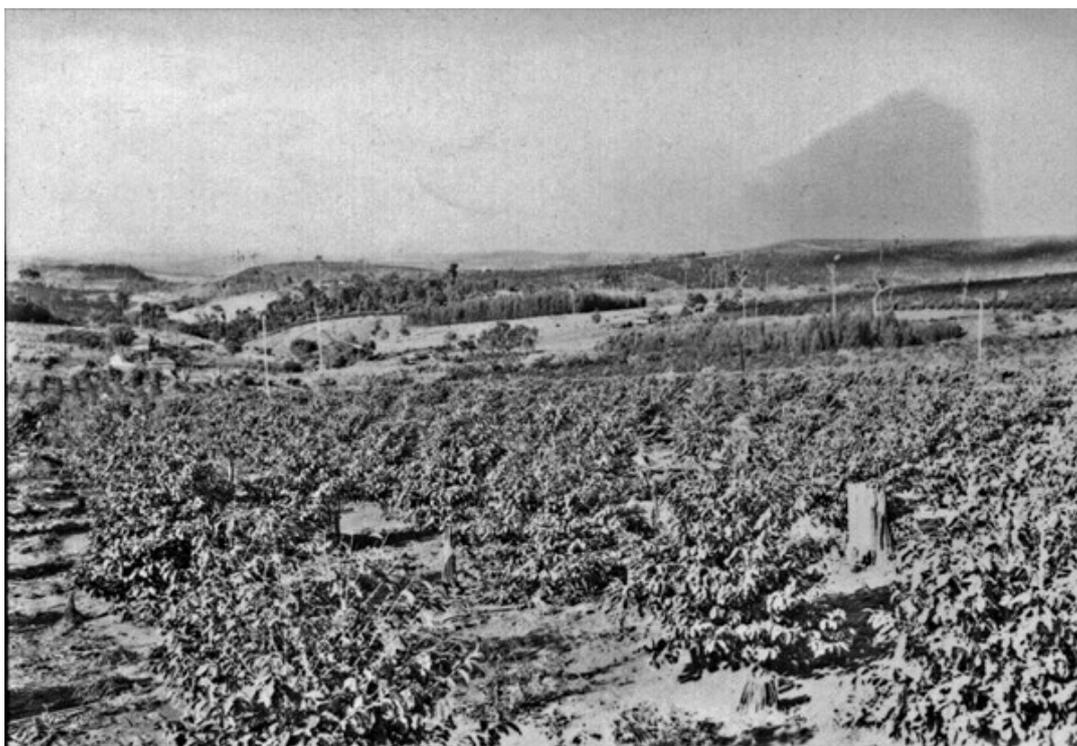
Levando em consideração o exposto acima acerca do conceito de paisagem, podemos evidenciar produções territoriais, a partir da apropriação do espaço e alteração do mesmo, através da paisagem.

A paisagem demonstra heranças sociais, histórias, incorporando elementos culturais numa simbiose de relações que soma a formação natural com a cultural, conferindo características próprias do local.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1996, p.67).

No caso da Cooperval, a atividade agrícola alterou significativamente a paisagem rural, fator desencadeado pela apropriação territorial, que resultou na territorialidade econômica.

Figura 2: Ocupação e lavoura de café no município de Jandaia do Sul (PR)



Fonte: Acervo IBGE/CIDADES (2017).

Figura 3: Paisagem rural e a lavoura de cana de açúcar



Fonte: Dantas (2017).

Figura 4: Paisagem rural no Vale do Ivaí: cana de açúcar e área já colhida



Fonte: Dantas (2017).

Figura 5: Paisagem Rural no município de Marumbi



Fonte: Dantas (2017).

Percebe-se através das figuras 2, 3, 4 e 5 que a monocultura alterou significativamente a paisagem já estabelecida pelos primeiros migrantes que ocuparam a região (que transformaram a paisagem natural), isto só foi possível pela apropriação territorial (efetuada pela Cooperval e pelos seus cooperados), ao passo em que a cooperativa passou a aumentar a área produtiva e expandir sua territorialidade, ao mesmo tempo passou a conformar novas paisagens, remodelando o espaço e a superfície que traz consigo uma relação de poder e identidade.

Lindner (2009) ao evidenciar as “ruralidades” manifestadas na paisagem, afirma que a paisagem permite verificar os processos ecológicos, físicos e naturais que se manifestam em determinado local. Assim, levando em consideração as abordagens “rurais” atuais, também podemos verificar os processos culturais e/ou econômicos configurando uma paisagem.

Outro enfoque que vale ressaltar é o proposto por Fajardo (2010) e (2008) que trata a paisagem a partir das territorialidades econômicas e das produções agrícolas que configuram diferentes modelagens e permitem um tratamento distinto nos estudos rurais.

“No espaço rural, a base física, territorial, encontra-se materializada na paisagem conformada pela combinação desses elementos com as atividades humanas, sobretudo os processos econômicos” (FAJARDO, 2010, p. 2).

Esta perspectiva possui um método dialético, pois tem um tratamento econômico que leva em consideração a atividade agrícola como processo de reprodução do capital, e de uso do território.

Fajardo (2008, p. 49) afirma que a:

[...] produção econômica conforma uma organização espacial específica, a paisagem possui uma organização em que elementos naturais (clima, solo, vegetação e hidrografia) e fatores humanos, se encontram em permanente contato e interação.

Ainda ressalta que num espaço rural é mais eminente essa interação, pois as atividades agrícolas dependem dos suportes físicos como recurso vital de sua manifestação. Assim, os elementos físicos e territoriais são caracterizados em uma simbiose de relações que configuram a paisagem rural.

É através desta abordagem metodológica, que a Cooperval ao se apropriar do espaço, ela o produz, ao mesmo tempo em que depende da terra e dos fatores naturais para manutenção da sua produção e conseqüentemente sua existência, o cultivo e a terra

é elemento vital de expansão, esta expansão se cristaliza no espaço (territorial) e (re) configura a paisagem.

Assim, quanto maior a abrangência e domínio no espaço, mais são perceptíveis a territorialidade. Esta territorialidade é percebida na paisagem rural. A paisagem demonstra não só o domínio sobre a terra, mas expressa uma relação de poder econômico e conseqüentemente social, inscrita numa escala, sendo visível e materializada.

Saquet (2015) ao mencionar os estudos de Massimo Quani, propõe uma geografia que considere conjuntamente os tempos da natureza e da sociedade, assim, propõe uma geografia histórica com destaque para formação do território e da paisagem como materialidade, pois ela é um produto histórico, resultante de transformações e continuidades numa combinação de fatores ambientais e sociais.

O mesmo autor cita que a paisagem é um espaço natural e social historicamente produzido e organizado, ou seja, resultado dos diversos processos que lhes conferiu um substrato visível.

Considerações

Conforme o estudo demonstra, o poder da Cooperval expressa algo singular, pois além das diversas relações existentes, sua influência é visível.

Os canaviais, mais do que fonte principal da renda e sustentação da cooperativa, é um símbolo; um símbolo do poder e da apropriação territorial.

A Cooperval reestruturou a dinâmica produtiva e econômica local, e vem expandindo sua influência. O objeto (e símbolo) mais concreto (e material) de sua influência é justamente a fonte de sua renda, os canaviais.

A paisagem rural demonstra não só a apropriação histórica e econômica efetuada no espaço, mas demonstra o uso do território e a territorialidade da cooperativa em questão.

Notas

¹A escolha de fazer a partir de 2003, é associarmos a produção da Cooperval após o impulso do setor sucroalcooleiro em 2002, mais informações podem ser obtidas em Cavalheiro (2005).

²Podemos ver claramente essa ideia presente no imperialismo dos Estados europeus, e até mesmo na Alemanha nos períodos da 1ª e 2ª Guerra Mundial na qual o espaço era um recurso fundamental para o expansionismo da nação.

³Essa ideia de importância é compreendida melhor em Andrade (1996).

⁴Outra referência que exemplifica a questão da estrutura territorial e produção do território é Raffestin (2015) In: Saquet; Sposito (2015).

⁵Castells (1999) explica a articulação em rede das empresas e da sociedade na era informacional.

⁶O autor ainda demonstra formas de compreender os vários processos territoriais e as dimensões do conceito a partir de alguns aportes (SAQUET, 2015 p.85).

⁷Autores como Paul Claval e Roberto Lobato Correa também trazem esclarecimentos consideráveis acerca do conceito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** In: SANTOS, M, SOUZA, M.A. A & SILVEIRA, M.L (org.). Território, globalização e fragmentação.3^oed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

BOURDIEU, P.**O Poder Simbólico**, Lisboa, Difel. 1989.

BRITTO, M; FERREIRA, C. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista de Geografia**, v. 2, n^o 1. 2011.

CAVALHEIRO, E. M. A Agroindústria Canavieira no Paraná: evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local. **Dissertação.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2005.

COOPerval. Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí. Disponível em <http://www.cooperval.coop.br>. Acesso em 28 mar. 2016.

COOPerval. Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí. Relatório. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede: a era da informação economia sociedade e cultura.** Paz e Terra, São Paulo, 1999.

CHIES, C; YOKOO, S. Colonização do norte do Paranaense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Rev. Geomae.** Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 – 44, 2012.

DANTAS, Jhonatan dos Santos. Poder, território e territorialidade: o caso da Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí – COOPerval. **Dissertação.** Programa de Pós Graduação em Geografia/Unicentro. Guarapuava, PR. 2017.

_____. A formação dos Complexos Agroindustriais no Vale do Ivaí (PR) e a ação corporativa no território. Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. **Anais.** Universidade Federal do Maranhão. São Luis, MA. 2016.

FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**,Uberlândia, v. 9, n. 27, p.31- 44, set.2008.

_____. Considerações sobre o espaço rural a partir do enfoque econômico da paisagem e do território. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 34, p.225- 234, set. 2010.

_____. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

GOTTMAN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v2, n°3, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**: 3ªed. Contexto, São Paulo. 2015.
IBGE/IPARDES. Área plantada por municípios da Renuka Vale do Ivaí. (Relatório enviado pela empresa Renuka Vale do Ivaí) 2013.

IPARDES. Diagnóstico socioeconômico do território do vale do Ivaí. Curitiba, 2007.

KOHLHEPP, G. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café [online]. SOETHE, PA., MARTINESCHEN, D., et al, (Org.) Maringá: Eduem, 2014.

LEBRUN, G. **O que é poder?** São Paulo. 14ª edição, Brasiliense, 1995.

LINDNER, M. In: FERREIRA, D. A. O. FERREIRA, E, R. **Estudo Agrários: conceitos e práticas**. ICGE/ UNESP, Rio Claro, 2009.

LINDNER, M. A produção do espaço sobre o olhar das ruralidades. In: FERREIRA, D. A. O. FERREIRA, E, R. **Estudos Agrários: conceitos e práticas**. ICGE/ UNESP, Rio Claro, 2009.

LUZ, C. E. Paisagem e Geografia: Uma revisão conceitual. **Revista Geingá**. v. 6, n. 1. p. 110-135, Maringá. 2014.

MEDEIROS, R. M.V. **Território, espaço de identidade** In: SAQUET, M; SPOSITO, E. Território e territorialidades, teorias processos e conflitos. Consequência, 2ªed. Rio de Janeiro, RJ. 2015.

PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geosistema, território e paisagem – método de estudo de paisagem rural sob a ótica bertrandiana. **Geografia** - v. 18, n. 1, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação In: SAQUET, M; SPOSITO, E. **Território e territorialidades, teorias processos e conflitos**. Consequência, 2ªed. Rio de Janeiro-RJ. 2015.

REGO, R. L. MENEGUETTI, K. S. **O Território e a Paisagem:** A formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. Paisagem Ambiente: ensaios. São Paulo, n. 25, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 4. ed. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M; SPOSITO, E. Território e territorialidades, teorias processos e conflitos. Consequência, 2^oed. Rio de Janeiro, RJ. 2015.

SOARES, L. A. A. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F; SOARES, L. (Org.). **Ordenamento territorial: Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro.** Bertrand. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno de imprecisas fronteiras de um conceito fundamental In: SAQUET, M; SPOSITO, E. **Território e territorialidades, teorias processos e conflitos.** Consequência, 2^oed. Rio de Janeiro-RJ. 2015.

Recebido em 25/05/2017.

Aceito para publicação em 14/03/2018.